



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



## **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**Assunto:** Dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 1.525/2022.

A Coordenadoria de Aquisições e Contratos, por meio da Gerência de Gestão de Aquisições, vem apresentar sua justificativa para a escolha da modalidade acima mencionada, no processo nº **SEMA-PRO-2022/16646.01**.

### **1 - Do Objeto e do Valor**

Trata-se de “Contratação de empresa especializada em organização, planejamento e execução completa de concurso público, tendo como finalidade selecionar candidatos aptos a ocuparem os cargos efetivos da SEMA/MT, conforme previsto na Lei nº 8.515/2006 e alterações posteriores, que dispõe sobre a carreira dos profissionais do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, visando atender a demandas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, da realização do concurso público”, no valor total de **R\$ 2.800.000,00** (dois milhões e oitocentos mil reais), conforme a proposta.

### **2 - Da Empresa Fornecedora**

A empresa a ser contratada para o fornecimento do objeto acima citado será a FUNDAÇÃO CESGRANRIO, inscrita no CNPJ nº **42.270.181/0001-16**, com sede na Rua Santa Alexandrina, 1.011; CEP.: 20261-903, Rio de Janeiro - RJ.

### **3 - Da Finalidade**

De acordo com o ETP nº 061/2025/SEMA, págs. 12-40.

### **4 – Da Documentação**

- C.I 03804/2025/CGP/SEMA, págs. 02-03;
- Despacho nº 31734/2025/GD/SEMA, pág. 04;
- Despacho nº 36011/2025/CGP/SEMA, pág. 05;
- Despacho nº 36414/2025/GSAAS/SEMA, pág. 06;
- Capa SIAG, pág. 07;
- Documentação de Formalização de Demanda – DFD, págs. 08-10;
- Termo de Desentranhamento, pág. 11;
- Estudo Técnico Preliminar – ETP, págs. 12-40;
- Portaria Conjunta nº 02/2025/SEMA/SEPLAG/MT, pág. 41;
- Termo de Referência nº 061/CGP/2025/SEMA-MT, págs. 42-79;
- Mensagem Eletrônica solicitando proposta, págs. 80-89;
- Of. CONC. 101/25 - Fundação CESGRANRIO, págs. 90-121;
- Ofício nº 14479/2025/CGP, págs. 122-126;
- Mensagem Eletrônica solicitando proposta, págs. 127-133;
- Proposta CEBRASPE, págs. 134-155;
- Mensagem Eletrônica solicitando proposta, págs. 156-164;
- Proposta FGV, págs. 165-208;
- Mensagem Eletrônica solicitando proposta, págs. 209-218;
- Certidão de encerramento de volume, pág. 219;
- Abertura de volume, pág. 220;
- Proposta IBFC, págs. 221-257;
- Mensagem Eletrônica solicitando proposta, págs. 258-265;
- Proposta IDECAN, págs. 266-330;



Assinado com senha por JACKELYNNE DE CASSIA PAIVA - GERENTE / GAQ - 22/12/2025 às 16:12:38 e VALDINEI VALERIO DA SILVA - SECRETARIO ADJUNTO / GSAAS - 22/12/2025 às 16:17:50.  
+0 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.  
Documento Nº: 33246981-8792 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33246981-8792>



SEMA-PRO-2022/166460  
HASH: 06413c6d95facc05e1dfeb6a97050e5278a297333d3c62f99b7eb90398ffe83



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



- Mensagem Eletrônica solicitando proposta, págs. 331-340;
- Mensagem Eletrônica solicitando proposta, págs. 341-346;
- Ofício nº 001/2025/CGP/SEMA-MT, pág. 347;
- Nota técnica 001/2025, págs. 348-363;
- Ofício nº 14072/2025/GD/SEMA, pág. 364;
- Escritura de Alteração estatutária, págs. 365-372;
- Documento do representante da empresa, págs. 373;
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – CNPJ, pág. 374-375;
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válida até 12/02/2026, págs. 376;
- Certidão negativa de Débitos - Estado do Rio de Janeiro, válida até 31/12/2025, pág. 377;
- Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa - PGE-RJ, válida até 07/01/2026 pág. 378;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e Não Tributários Estaduais Geridos pela PGE e SEFAZ – MT, válida até 02/02/2026, pág. 379;
- Certidões Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, válida até 09/02/2026, pág. 380;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, válida até 20/12/2025, pág. 381;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, válida até 05/04/2026, pág. 382;
- Certidão Negativa de Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais), válida até 16/12/2025, pág. 383;
- Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis de 2023 e 2024, págs. 384-417;
- Atestados de Capacidade técnica, págs. 418-445;
- Declarações do Fornecedor, págs. 446-448;
- Consulta Suspensas e/ou Inidôneas junto a TCE/MT, CGE/MT, TCU e CGU, págs. 449-457;
- Certidão de encerramento de volume, pág. 458;
- Abertura de volume, pág. 459;
- Minuta de Contrato, págs. 460-551;
- Portaria nº 756/2025/SEMA/MT, pág. 552.

**5 - Fundamentos Legais – Dispensa de Licitação, art. art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.**

A obrigatoriedade de licitar é norma constitucional, vez que o Capítulo VII da Constituição Federal/1988, reservado para dispor acerca da Administração Pública, estabelece no artigo 37, caput e inciso XXI, que a Administração Pública de qualquer dos Poderes da União contratará obras, serviços, compras e alienações mediante processo de licitação pública, ressalvados os casos especificados na legislação, consagrando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

E, também, como ensina o doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

“A dispensa é uma exceção ao princípio da obrigatoriedade de licitação, sendo caracterizada pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, a lei dispensa a Administração Pública de realizá-la”.





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



Em regra, todos os contratos firmados pela Administração Pública são precedidos de processo licitatório, conforme preceitua o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal. Por outro lado, a Lei nº 14.133/2021 prevê situações em que a licitação é inviável ou dispensável para o atendimento do interesse público, consoante ressalva do próprio texto constitucional.

A presente contratação trata-se de **Dispensa de Licitação**, que tem como base legal, **art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021**.

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos; (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).

## 6 - Do Preço e da escolha do fornecedor

Para comprovação da vantajosidade foi elaborada Nota técnica, conforme págs. 348-363.

## 7 – Documentos da Contratação Direta

Para além do inciso XV, do Art. 75, da Lei 14.133/2022, o Decreto Estadual nº 1.525/2022 que regulamenta pela Lei nº 14.133/2021, trata das hipóteses de contratação direta no art. 66, incisos I ao VII, IX, e XI ao XIII e art. 148, incisos I a IV que dispõem:

**Art. 66** Os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços e locação de bens móveis e imóveis serão autuados e instruídos em sua fase interna pelo menos com os seguintes documentos, na seguinte ordem:

I - documento de formalização de demanda com a justificativa para a contratação, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo e, se for o caso, estudo técnico preliminar e análise de riscos;

- **DFD, págs. 08-10;**

- **ETP, págs. 12-40;**

- **Termo de Referência, 42-79.**

II - autorização para abertura do procedimento;

**Pág. 04.**

III - comprovante de registro do processo no SIAG - Sistema de Aquisições Governamentais;

**Pág. 07**

IV - pareceres técnicos setorial e central, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

**Não se aplica.**

V - preço estimado consistente em comprovada pesquisa de mercado;

**Págs. 80-363.**

VI - indicação dos recursos orçamentários para fazer face a despesa;

**Pág. 65;**

VII - definição da modalidade e do tipo de licitação a serem adotados;

**Pág 79.**

IX - minuta do contrato, se for o caso, ou do instrumento equivalente;

**Págs. 460-551.**





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



XI – check list de conformidade quanto aos documentos enumerados neste artigo e quanto a eventuais apontamentos formulados no parecer jurídico;

**Será inserido após esta Justificativa.**

XII - parecer jurídico conclusivo emitido pela Procuradoria-Geral do Estado, dispensado na hipótese de parecer referencial;

**O parecer jurídico é posterior a esta justificativa.**

XIII - aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CONDES, quando for o caso.

**Será solicitado.**

**Art. 148.** O procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os documentos elencados no art. 66 deste Decreto, e como os seguintes:

I - justificativa da contratação direta;

II - razão de escolha do contratado;

III - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessárias;

IV – autorização da autoridade competente;

## 8 - Conclusão

Segue dessa forma, o processo **SEMA-PRO-2022/16646.01** para os trâmites necessários, cabendo à autoridade superior a decisão quanto à autorização desta contratação.

Cuiabá-MT, 22 de dezembro de 2025.

Jackelynne de Cássia Paiva  
Agente de Contratação  
GAQ/CAC/GSAAS  
SEMA-MT

Valdinei Valério da Silva  
Ordenador de Despesas  
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica  
GSAAS/SEMA-MT



SEMA-PRO-2022/16646.01  
HASH: 06413c6d95f1acc05e1dfeb6a97050e52f8a297333d3c62f99b7eb90398ffe83. Documento digital disponível em <https://aquissicoes.seplag.mt.gov.br/flowbee-pub/#/validar/UNJE-PPGM-QTDL-G2TL>. Juntado em 29/12/2025 16:55:51 por JACKELYNNE PAIVA.